AMM

Avanços técnicos e institucionais

40 anos
AMM
Associação Mato-grossense dos Municípios
A Força Vem dos Municípios

Missão

Representar e defender os municípios mato-grossenses nas esferas estadual e nacional, pleiteando o atendimento de demandas prioritárias para viabilizar gestões eficientes e resultados satisfatórios para a população.

Visão

Tornar-se referência para o movimento municipalista nacional por sua atuação, liderança, organização, efetividade técnica e institucional.

Valores

Apartidarismo, transparência, confiabilidade, eficiência, comprometimento, responsabilidade e credibilidade.

AMM forte, municípios representados

Com quatro décadas de existência, a Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM contribuiu de forma decisiva para melhorar a situação financeira e administrativa dos municípios, buscando fortalecer a autonomia e a independência dos entes municipais. Desde a sua fundação, em 1983, a instituição atua para fortalecer os entes locais, que passaram a contar com uma estrutura forte e comprometida com a defesa das bandeiras municipalistas.

Parte desses significativos avanços foram conquistados a partir de 2015, quando assumimos a presidência da AMM. Desde então, os municípios de Mato Grosso foram contemplados com o repasse de R$ 6.054.911.884,00, referentes à transferência de parcelas extras do FPM, Lei Kandir, Fex, cessão onerosa, auxílio

financeiro, entre outros. Desse valor, R$ 1.534.301.265,54 foram destinados ao combate da pandemia do novo coronavírus que impactou financeiramente municípios de todo o Brasil.

Participamos ativamente das mobilizações, reuniões e ações lideradas pelo movimento municipalista nacional para assegurar o reforço financeiro para o caixa das prefeituras. Em diversas ocasiões dialogamos com representantes do governo federal e Congresso Nacional para defender a autonomia financeira dos municípios por meio de uma distribuição mais justa de recursos, compatíveis com as demandas das prefeituras.

Tivemos também importantes avanços no âmbito estadual, com destaque para o repasse do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – Fethab para os municípios, assegurado por meio de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2015. Desde então, a transferência do Fundo possibilita às prefeituras mais condições para investir em infraestrutura, que garante mais qualidade de vida à população e impulsiona o desenvolvimento de outras atividades.

Além das conquistas institucionais, avançamos também na prestação de serviços, investindo na capacitação da equipe de colaboradores e na estrutura interna para aprimorar o atendimento aos prefeitos e equipes. A utilização dos serviços técnicos representou uma economia de R$ 522.652.475,30 aos cofres municipais nos últimos anos. Trabalhamos para aperfeiçoar o nosso atendimento, pois reconhecemos a importância do suporte técnico para o fortalecimento das gestões locais.

Nesta publicação apresentamos, de forma sucinta, os serviços, as conquistas e os avanços dos últimos anos, em que a AMM ampliou o seu alcance institucional, defendendo a autonomia, a representatividade e a liderança dos municípios mato-grossenses.

Neurilan Fraga
Presidente da AMM

Histórico

Fundada em 4 de maio de 1983, a Associação Mato-grossense dos Municípios surgiu da necessidade de se criar no estado uma entidade que congregasse os municípios e representasse o poder público municipal junto às demais esferas de governo.

A ata de constituição registra a assinatura de 53 prefeitos que se uniram em torno do projeto, idealizado pelas lideranças municipais da época, com o apoio do então governador Júlio José de Campos.

Com apenas nove funcionários, a primeira sede da Associação foi inaugurada em 1983 no Edifício Milão, no centro de Cuiabá, onde funcionou até 1988, quando foi instalada no atual prédio, na Avenida Historiador Rubens de Mendonça.

A instituição foi fundada com o objetivo de congregar e defender os interesses dos municípios; liderar as lutas municipalistas; prestar assistência técnica, jurídica, administrativa e educativa; ajudar a elaborar planos de desenvolvimento dos municípios associados; promover eventos para debater problemas técnicos e administrativos dos municípios, entre outros.

O primeiro presidente da AMM foi o então prefeito de Cuiabá, Anildo Lima Barros (1983/1985), sucedido por: Darcy Capistrano de Oliveira (1985/1987), de Diamantino; Fausto de Souza Faria (1987/1989), de Rondonópolis; Evaldo Jorge Leite (1989/1990), de Colíder; João Batista

Rodrigues Alves (1991), de Barão de Melgaço; Aparecido Briante (1992), de São José do Rio Claro; Hélio Antunes Brandão Filho (1993/1994), de Jangada; Vilceu Marchetti (1995/1996), de Primavera do Leste; Jair Benedetti (1997/1998), de Comodoro; Érico Piana Pinto Pereira (1999/2000 - 2001/2002), de Primavera do Leste; Ezequiel Ângelo Fonseca (2003/2004), de Reserva do Cabaçal; José Aparecido dos Santos (2005/2006 – 2007/2008), de Nova Marilândia; Pedro Ferreira de Souza (2009/2010), de Jauru; Meraldo Figueiredo Sá (2011/2012), de Acorizal; Valdecir Luiz Colle (2013/2014), de Juscimeira; Neurilan Fraga (2015/2016), de Nortelândia; Neurilan Fraga (2017/2018); Neurilan Fraga (2019/2020); Neurilan Fraga (2021/2023).

Diretoria

AMM
Associação Mato-grossense dos Municípios

GESTÃO 2021/2023

José Eduardo Botelho
Presidente de Honra

Neurilan Fraga
Presidente

1º Vice-Presidente:	Janailza Taveira Leite - prefeita de São Félix do Araguaia
2º Vice-Presidente:	Marcelo de Aquino - prefeito de General Carneiro
3º Vice-Presidente:	Marilza Augusta de Oliveira - prefeita de Nova Brasilândia
4º Vice-Presidente:	Edu Laudi Pascoski - prefeito de Itanhangá
5º Vice-Presidente:	Valdecio Luiz da Costa - prefeito de Dom Aquino
Secretário Geral:	Daniel Rosa do Lago - prefeito de Porto Alegre do Norte
1º Secretário:	Leocir Hanel - prefeito de Nobres
2º Secretário:	José Guedes de Souza - prefeito de Rondolândia
Tesoureiro Geral:	Silmar de Souza Gonçalves - prefeito de Nossa Senhora do Livramento
1º Tesoureiro:	Alex Steves Berto - prefeito de Rosário Oeste
2º Tesoureiro:	Altamir Kurten - prefeito de Cláudia
Conselho Fiscal:	1º - Jacob Andre BringsKen - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade
	2º - Márcio Conceição Nunes de Aguiar - prefeito de Cocalinho
	3º - Jadilson Alves de Souza - prefeito de Curvelândia
Suplentes Fiscais:	1º - Héctor Alvares Bezerra - prefeito de Mirassol D'Oeste
	2º - Ederson Figueiredo - prefeito de Arenápolis
	3º - Julio Cesar dos Santos - prefeito de Apiacás

Serviços Técnicos

Serviços Técnicos Coordenação Geral

A Coordenação Geral trabalha de forma integrada à presidência da AMM e realiza o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas Gerências Técnica Operacional, Apoio aos Municípios, além da Consultoria Contábil e do setor de Capacitação e Eventos. Acompanha a execução dos serviços e as diretrizes da instituição, integrando as demais coordenações. Mantém o contato permanente com os gestores e faz o encaminhamento interno e externo das demandas dos municípios. Acompanha as decisões do movimento municipalista nacional e na esfera estadual, em relação aos temas de interesse dos municípios de Mato Grosso. A Coordenação também trabalha, em conjunto com a presidência, para fortalecer a relação institucional entre a AMM e os poderes constituídos, órgãos e entidades.

Serviços Técnicos

Assessoria Especial da Presidência

O setor é responsável pela recepção dos prefeitos, agendamentos de reuniões internas e externas dos gestores com as autoridades, encaminhamento de documentos, orientações, notas técnicas e demais comunicados aos municípios, elaboração de declaração de presença, recebimento e controle de e-mails direcionados à presidência e outros setores, despacho dos protocolos recebidos e ligações para os prefeitos. O total de economia para os municípios, no período de 2015/2022, foi de R$ 1.205.699,05.

Serviços Técnicos

Gerência Técnica Operacional

O setor acompanha diariamente e informa as prefeituras sobre a arrecadação das seguintes receitas: ICMS e ICMS-Exportação, Lei Kandir, FETHAB, FEX, FPM, Auxílio Financeiro e outros tributos da União e do Governo do Estado, elaborando planilhas gerenciais das receitas para os gestores. Informa os indicadores econômicos, o comportamento da arrecadação e a previsão de receitas que influenciam diretamente no orçamento das administrações municipais. Verifica as publicações nos Diários Oficiais da União, do Estado e do Tribunal de Contas. O total de economia para os municípios, no período de 2015/2022, foi de R$13.833.864,80.

Serviços Técnicos

Consultoria Contábil e Econômica

Presta serviços e assessoria na área contábil Orçamentária, Financeira, Patrimonial, Custo e de Gestão Administrativa. Elabora pareceres, informativos, comunicados técnicos e artigos sobre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Acompanha as apreciações e os julgamentos de contas municipais junto ao Tribunal de Contas do Estado. Elabora defesa de prestação de contas, representa a AMM junto aos órgãos de controle e em conselhos estaduais. O total de economia para os municípios, no período de 2015/2022, foi de R$27.670.668,86.

Serviços Técnicos

Gerência de Apoio aos Municípios

Acompanha a situação das prefeituras e consórcios intermunicipais junto ao INSS, CEF, Receita Federal, TCE, PGE e Governo do Estado em relação à emissão de certidões negativas e protocolo de documentos dos municípios. O setor também faz o levantamento das pendências junto aos órgãos, acompanha os sistemas de convênios SIGCON e Plataforma + Brasil, além de capacitar e acompanhar os servidores municipais no cadastramento, execução, prestação de contas dos convênios e contratos de repasses. O total de economia para os municípios, no período de 2015/2022, foi de R$ 6.831.973,67.

Serviços Técnicos

Coordenação de Comunicação

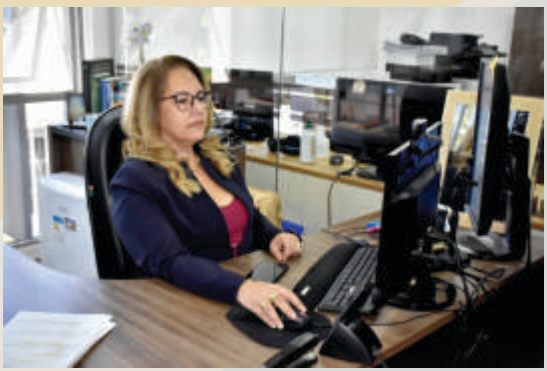
A Coordenação mantém atualizado o site e as redes sociais da AMM, com a postagem diária de fotos, vídeos e outros conteúdos, produz o clipping eletrônico com notícias diversas, elabora e distribui com frequência matérias para os meios de comunicação do estado. Divulga as atividades da AMM, dos municípios e conta com o apoio das assessorias das prefeituras para repercutir as ações locais. Organiza entrevistas individuais e coletivas, com o envio de pautas e releases para os jornalistas. Realiza a cobertura jornalística em eventos internos e externos, registro com imagens e fotografia, produz vídeos da instituição, artes dos aniversários dos gestores e dos municípios. Elabora produtos editoriais e publicitários da instituição. Acompanha notícias locais, estaduais e nacionais relacionadas aos municípios e gerencia o plano de comunicação da instituição. O total de economia para os municípios, no período de 2015/2022, foi de R$5.837.885,10.

Serviços Técnicos Capacitação e Eventos

O setor é responsável pela organização, realização e assessoramento em cerimonial nos eventos internos e externos da instituição. Organiza e realiza oficinas, workshop, feiras e outros eventos, além de oferecer suporte às ações da AMM. Mantém os dados das prefeituras atualizados, repassa aos prefeitos informações municipalistas, mobiliza os gestores e servidores das prefeituras para a participação em cursos, videoconferências e outros eventos realizados pela instituição e parceiros. O setor coordena os cursos de capacitação oferecidos pela Associação para todas as prefeituras. O total de economia para os municípios, no período de 2015/2022, foi de R$7.303.655,00.

Serviços Técnicos Coordenação Jurídica

A Coordenação defende os interesses da AMM e dos municípios em juízo ou fora dele. Emite pareceres, elabora minutas de leis e decretos, cartilhas orientativas, atas, contratos, distrato, ofícios circulares sobre temas relevantes aos municípios, propositura de ações, defesas judiciais e administrativas, interposição de recursos, petição ou requerimento avulso a autoridades, realiza audiências, sustentação oral, revisão e correção de documentos, intervenção para a solução de pendências nos órgãos federais e estaduais, diligências, carga de processos, digitalização e envio de cópias de processos. Os atendimentos aos gestores são presenciais, on-line ou por telefone. O total de economia para os municípios, no período de 2015/2022, foi de R$ 41.447.081,66.



Serviços Técnicos Coordenação de Projetos

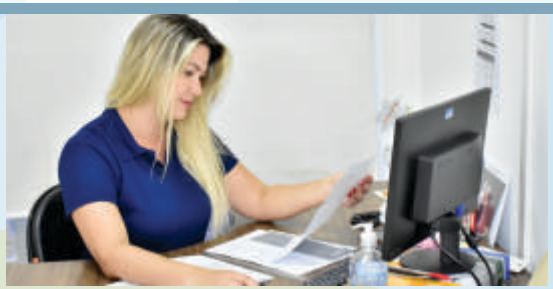
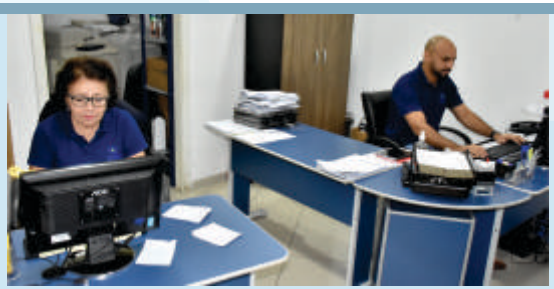
A Coordenação elabora projetos de engenharia e arquitetura que visam a captação de recursos para a execução de obras nos municípios. O trabalho é desenvolvido por cerca de 50 profissionais, entre arquitetos, engenheiros civis, eletricistas, sanitaristas, ambientais, agrônomo, topógrafo e geólogos. São elaborados projetos nas áreas de Saúde, Educação, Social, Infraestrutura Urbana, Saneamento, Iluminação, Meio Ambiente, Esporte, Lazer, Turismo, Agroindústria, entre outros. As equipes visitam os municípios e elaboram os projetos, atendendo as solicitações dos gestores. O total de economia para os municípios, no período de 2015/2022, foi de R$78.668.448,68.

Serviços Técnicos Controle Interno

O Controle Interno mantém os sistemas de controle e normativas atendendo as exigências do Tribunal de Contas do Estado. O setor realiza auditorias internas, recomenda medidas para adequações necessárias e acompanha as visitas técnicas do Tribunal de Contas. Também atualiza e acompanha as publicações do regimento interno, normativas, organograma e fluxograma da instituição. O setor atua, ainda, na organização de unidades de Controle Interno e da estrutura administrativa da AMM.

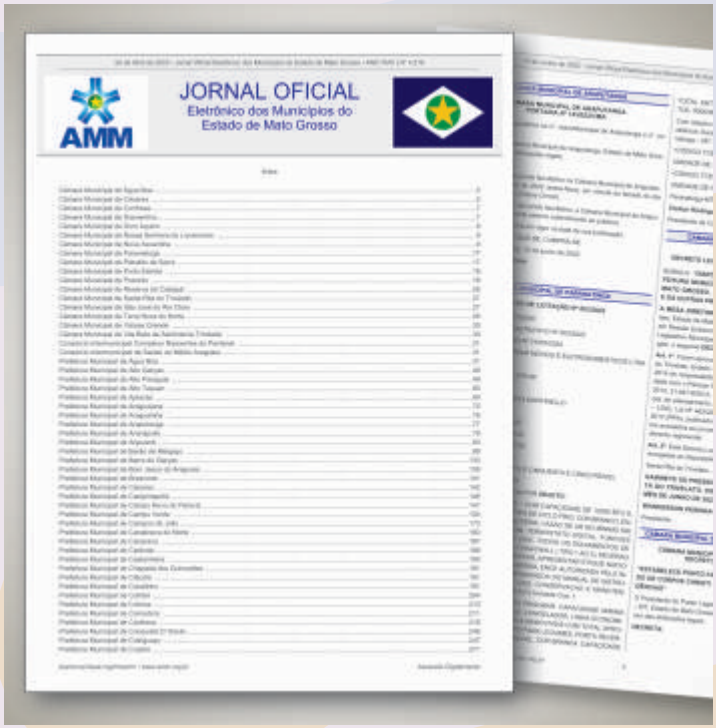
Coordenação Administrativa e Financeira

A Coordenação Administrativa e Financeira da AMM acompanha as atividades desenvolvidas pelos setores de Contabilidade, Administrativo, Recursos Humanos, Licitação, Compras, Frota, Manutenção, Patrimônio, Almoxarifado, Informática, Núcleo Susaf e Ouvidoria. Orienta as demais coordenações sobre as diretrizes do regimento interno. Assina com o presidente os pagamentos, ordem bancária, títulos de crédito, além de coordenar a receita, pagamentos a fornecedores, folha funcional e encargos. Coordena o balanço anual, orçamentário, financeiro e patrimonial.

AMM

Serviços Técnicos | Jornal Oficial dos Municípios



A publicação divulga diariamente, sem custos adicionais, atos oficiais como decretos, portarias, leis, balanços, editais, extratos de contrato, resultados de licitação, entre outros documentos. Além das prefeituras, as Câmaras Municipais, os Consórcios de Saúde, os Consórcios de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental, a Associação dos Municípios do Araguaia (AMA), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Associação Para Desenvolvimento Social dos Municípios do Estado de Mato Grosso-APDM-MT, o Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses (Consprev) e o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado de Mato Grosso (Coegemas-MT) também utilizam o serviço. O total de economia para os municípios, no período de 2015/2022, foi de R$339.853.198,48.

Serviços Técnicos Núcleo Susaf

O Núcleo de Implantação do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte – Susaf foi criado em 2022, por meio de uma parceria entre a AMM e a Assembleia Legislativa de Mato Grosso. O objetivo é fortalecer a agricultura familiar por meio da orientação aos municípios sobre os procedimentos necessários para a adesão ao Susaf e a regularização das atividades desenvolvidas nos empreendimentos. O projeto teve início com o atendimento a municípios da Baixada Cuiabana, mas os profissionais também orientam pequenos agricultores de outras localidades, quando solicitado. O Núcleo é formado por equipe multidisciplinar que atua in loco em visitação aos municípios, além de atendimento permanente na sede da Associação.

Ouvidoria

A ouvidoria atua para fortalecer a transparência e a eficiência no atendimento aos municípios e demais segmentos da sociedade. O setor recebe e encaminha as manifestações aos setores responsáveis na AMM, além de acompanhar as providências adotadas para concluir o atendimento aos cidadãos. Entre as demandas apresentadas à ouvidoria estão dúvidas, elogios, reclamações, solicitações, sugestões ou denúncias. O contato pode ser feito de forma on-line, por meio do site www.amm.org.br ou pelo telefone (65) 2123-1200, ramal 1255.

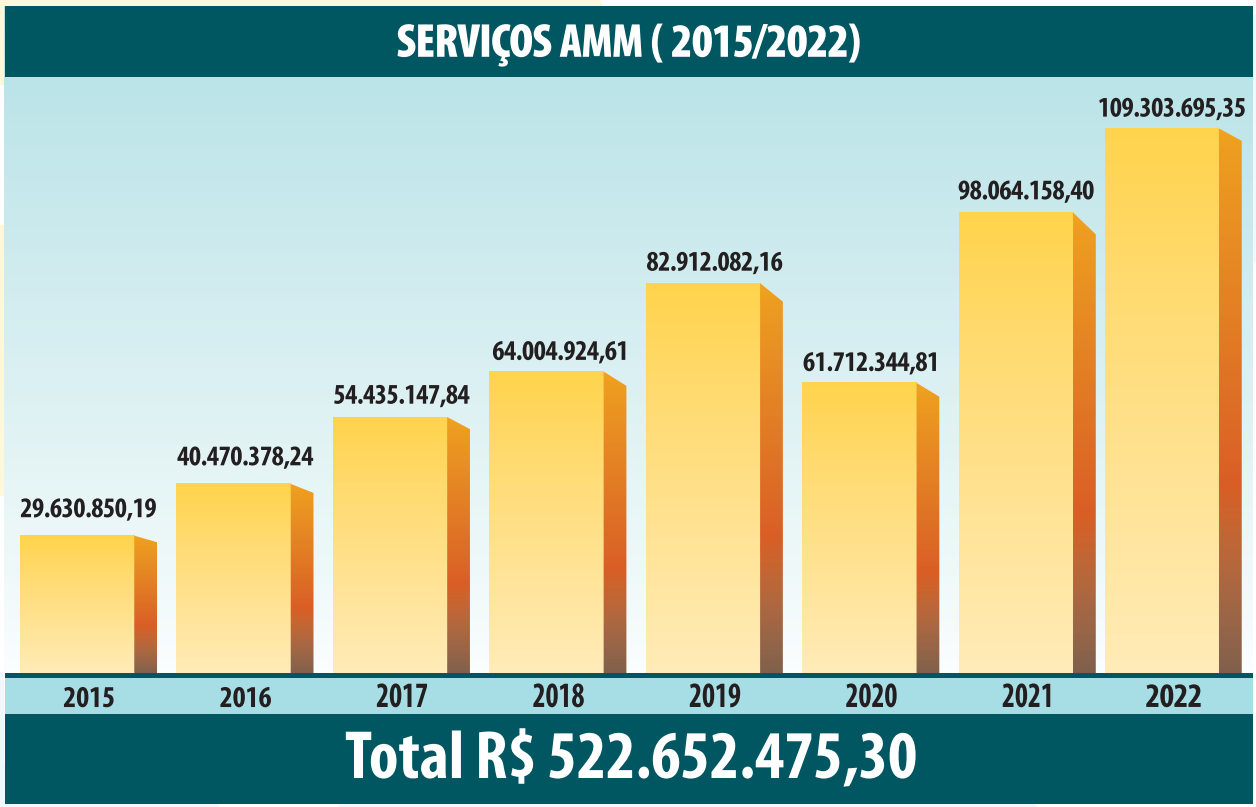
Canais de Atendimento Ouvidoria AMM

www.amm.org.br

(65) 2123-1200
ramal 1255

Economia para os municípios

Os serviços técnicos prestados pela AMM garantiram uma economia de R$ 522.652.475,30 aos municípios, no período de 2015 a 2022. A instituição atende as prefeituras em várias demandas, como elaboração de projetos, assessoria jurídica, técnica, contábil e de comunicação, capacitação, publicações no Jornal Oficial, entre outros serviços.



Parcerias Institucionais

Para ampliar o atendimento aos municípios e garantir resultados em suas demandas, a AMM atua em parceria com vários órgãos e instituições. Nos últimos anos a Associação celebrou acordos de cooperação técnica e outras modalidades de colaboração para viabilizar capacitações, consolidar ações, encaminhar projetos de lei e garantir reforço financeiro aos cofres municipais, entre outros avanços. Confira a seguir algumas parcerias firmadas e os principais resultados para as administrações municipais:

Assembleia Legislativa de Mato Grosso

Foto: JLSiqueira/ALMT

• Projeto de Lei que possibilita que municípios com até 50 mil habitantes possam firmar convênios e receber repasse, sem a necessidade de certidão plena.

• Termo de Fomento Nº. 001/2022/ALMT - Adesão ao Sistema Único de Sanidade da Agricultura Familiar e de Pequeno Porte (SUSAF/MT).

• Projeto substitutivo integral relativo ao cálculo dos Índices de Participação dos Municípios de Mato Grosso no produto da arrecadação do ICMS.

• Substitutivo Integral do Projeto de LEI 614/2021 (Unidades Regionais de Saneamento Básico).

• Reuniões periódicas para tratar do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso.

Governo do Estado

A AMM ampliou o diálogo com o governo do estado, por meio de várias secretarias, para atender os municípios. Frequentemente a instituição está em contato com o executivo estadual para apresentar pleitos das prefeituras e estabelecer ações conjuntas, como capacitações, orientação aos prefeitos e equipes em várias áreas da administração pública.

Foto: Michel Alvim / SecomMT

Tribunal de Contas de Mato Grosso

• Parcerias voltadas à capacitação dos servidores municipais através da Escola Superior de Contas do TCE/MT.

• Interage TCE 22 – Reuniões visando o alinhamento das equipes de relatorias e de suas unidades jurisdicionadas.

• Projeto Conexão TCE-MT que visa fortalecer a interlocução do Tribunal com os jurisdicionados.

• Desenvolvimento de Plataforma Software – Gestão de Pessoas – SIAFIC.

Foto: TCE-MT

• Gerenciamento do Planejamento Estratégico dos Municípios – GPE.

• Busca Ativa Escolar – ação conjunta para combater a evasão escolar.

Tribunal de Justiça de Mato Grosso

• Vara Especializada do Meio Ambiente - doação de madeiras apreendidas.

• Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) - mutirão em mediação/conciliação em ações civis públicas de improbidade administrativa.

Foto: TJMT

• Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios - emissão de certidão aos municípios.

Foto: OAB-MT

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MT

• Palestras, cursos e capacitações sobre assuntos relacionados aos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

Foto: MPMT

Ministério Público de Mato Grosso

• Ações de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

• Ações para fomentar a prevenção e combate ao uso de drogas entre crianças e adolescentes.

• Ações voltadas ao combate da evasão escolar nas escolas municipais de Mato Grosso.

• Ações que visam a implementação dos Planos Municipais de Educação.

APDM

A AMM desenvolve um trabalho conjunto com instituições que executam ações voltadas aos municípios na área de Assistência Social, como a Associação Para Desenvolvimento Social dos Municípios do Estado Mato Grosso – APDM, que atua pelo fortalecimento da política de assistência social em Mato Grosso. As instituições têm a agenda comum de fortalecer as políticas sociais nos municípios,

visando a execução de programas, campanhas e projetos para atender a população.

COEGEMAS

O Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado de Mato Grosso (Coegemas-MT) também é parceiro da AMM em ações voltadas à valorização e ampliação do debate sobre políticas públicas na área social. O tema é considerado estratégico para gestores e equipes que buscam ampliar a rede de proteção e atendimento à população, principalmente a mais carente. A AMM já sediou reuniões e capacitações realizadas

pelo Colegiado para orientar os gestores da área social.

UNDIME

A educação integra a pauta do movimento municipalista, que busca assegurar mais recursos para o setor, visando melhorar a qualidade do ensino e o atendimento das demandas da comunidade escolar. Nesse contexto, a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso - Undime/MT é considerada uma parceira importante para que os objetivos sejam alcançados. A AMM participa de eventos com os secretários

municipais de Educação e defende iniciativas para atender os pleitos do setor.

COSEMS

A melhoria do serviço público de saúde é prioridade para os gestores municipais de todo o país. Considerando a importância da pauta, a AMM fomenta debates sobre o assunto e valoriza o trabalho de instituições como o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso - Cosems/MT, com o qual já realizou várias ações conjuntas. O trabalho em parceria se intensificou durante a

Foto: Cosems MT

pandemia, com o objetivo de orientar os municípios sobre ações preventivas e outras medidas para combater o avanço do novo coronavírus.

Foto: PRF

Ibama, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal

• Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições e a AMM com o objetivo de destinar aos municípios equipamentos, veículos e máquinas pesadas rodoviárias apreendidos. Após autorização judicial, os equipamentos poderão ser utilizados pelas prefeituras em prol do interesse coletivo.

Participação em conselhos

Foto: CNM

Na condição de instituição representativa, a AMM tem participação em diversos conselhos e colegiados estaduais, por meio dos quais contribui na definição de diretrizes e na elaboração de políticas públicas. Dessa forma, a instituição acompanha as deliberações que repercutem nos municípios e na vida dos cidadãos. Além disso, a Associação tem a oportunidade de opinar, atuar de forma propositiva e dar voz aos municípios nesses órgãos que em grande parte são deliberativos, normativos e consultivos.

AMM
Presente no desenvolvimento local
Mato Grosso do Sul
Goiás

Foto: Mayke Toscano Secom-MT

Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

Conquistas para os municípios

Foto: Marcos Vergueiro Secom-MT

Foto: Acervo Congresso Nacional

Imagem: CNM

PARCELAS EXTRAS DO FPM

Com receita própria limitada e atividade econômica incipiente, boa parte dos municípios mato-grossenses depende de repasses constitucionais, como o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, para atender as demandas e garantir investimentos.

A intensa mobilização do movimento municipalista, com a participação da AMM, garantiu parcelas extras de 1% do Fundo nos meses de julho, setembro e dezembro.

De 2015 a 2022, as parcelas extras de julho somaram R$ 588.429.368,51 e os repasses referentes ao adicional de dezembro totalizaram R$ 678.085.922,16. O 1% do FPM de setembro, que os municípios começaram a receber, de maneira gradual, em 2022, acrescentou R$ 22.457.182,17 aos cofres das prefeituras.

1% do FPM (julho) - R$ 588.429.368,51

1% do FPM (dezembro) - R$ 678.085.922,16

1% do FPM (setembro) - R$ 22.457.182,17

COMPENSAÇÃO DA LEI KANDIR

Imagem: CNM

A compensação mais justa das perdas com a Lei Kandir é uma das principais bandeiras defendidas pela Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM para auxiliar os municípios a equilibrar as contas. Em 2015 a instituição levantou a bandeira da restituição integral, considerando as perdas para os cofres municipais, devido às desonerações do ICMS sobre produtos para exportação. À época a AMM deu início à formatação do Projeto de Lei 288/2016, idealizado pela instituição, com a participação do senador Wellington Fagundes.

Em 2020 o presidente da República sancionou a Lei Complementar 176/2020, originada do Projeto de Lei Complementar 133/2020, do Senado. A lei estabelece que entre 2020 e 2037, o governo federal irá repassar R$ 58 bilhões para compensar as perdas por desoneração de exportações. De 2015 a 2022 os municípios mato-grossenses receberam R$ 462.273.242,05 de compensação da Lei Kandir.

Lei Kandir (2015 a 2022) - **R$ 462.273.242,05**

CESSÃO ONEROSA

Foto: Roberto Stuckert Filho-PR

A aprovação da divisão dos recursos da cessão onerosa dos campos de petróleo do pré-sal com estados e municípios foi uma das principais conquistas municipalistas de 2019. Após o leilão do excedente, o Governo Federal arrecadou R$ 69,96 bilhões. A distribuição seguiu o mesmo critério utilizado para a transferência do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Os municípios de Mato Grosso receberam R$ 95.615.808,22. Em 2022, foram repassados às prefeituras mais R$ 185.127.714,37. Os recursos são provenientes da segunda rodada de licitações do volume excedente da cessão onerosa do pré-sal.

Cessão Onerosa (2019 e 2022) - R$ 280.743.522,59

FEX PARA OS MUNICÍPIOS

O Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações – FEX somou para os municípios de Mato Grosso R$ 328.488.564,32 de 2015 a 2017. O FEX refere-se à compensação das perdas com a isenção do ICMS nos produtos exportados e começou a ser repassado aos municípios em 2004. Incidia sobre o Auxílio Financeiro o desconto de 1% referente ao PASEP e não havia vinculação específica para a aplicação dos recursos.

Imagem: Licença Freepik Premium - Arte: Kleber Simioni

A AMM participou de várias reuniões em Brasília para reivindicar a liberação dos recursos aos municípios. Alguns dos encontros aconteceram no Palácio do Planalto e na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Os recursos eram previstos nas Leis Orçamentárias Anuais da União e liberados por meio de Medida Provisória ou Lei Ordinária específica.

FEX (2015 a 2017) - R$ 328.488.564,32

REPATRIAÇÃO DE RECURSOS

Foto: Rodolfo Stuckert

A repatriação de recursos relativos à legalização de ativos remetidos ao exterior sem a devida declaração à Receita Federal foi uma grande vitória do movimento municipalista. A repatriação gerou recursos na ordem de R$ 45,7 bilhões para a União. Do montante arrecadado com as multas e os impostos, 46% foram repassados aos estados e aos municípios brasileiros. Para os municípios de Mato Grosso foram repassados R$ 90.545.137,96 referentes à soma dos recursos transferidos em 2016 e 2017. A repatriação das multas, creditada nas contas das prefeituras em 2016, foi equivalente a R$ 100.223.251,44.

Repatriação de recursos (2016 e 2017) - R$ 90.545.137,96

Repatriação Multas (2016) - R$ 100.223.251,44

AUXÍLIO FINANCEIRO

Imagem: Licença Freepik Premium - Arte: Kleber Simioni

O Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM) repassado pelo governo federal, em 2018, totalizou R$ 36.207.821,22 para os municípios de Mato Grosso. Os recursos foram aplicados nas áreas da saúde, educação e assistência social. A distribuição dos recursos seguiu os mesmos critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

AFM (2018) - R$ 36.207.821,22

INVESTIMENTOS DO FETHAB

O repasse dos recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação - Fethab possibilitou que os municípios fizessem investimento na manutenção de estradas municipais e estaduais não pavimentadas, bueiros, pontes, aquisição de peças para restauração de maquinários, entre outros investimentos. De 2015 a 2022, os municípios de Mato Grosso receberam R$ 1.778.318.302,04 do Fethab oriundo da arrecadação do óleo diesel.

Recursos do Fundo também são repassados aos municípios para auxiliar no custeio do transporte escolar. De 2017 a 2022 as prefeituras foram contempladas com R$ 154.838.304,00.

Os municípios começaram a receber os recursos do Fethab em março de 2015, após o Supremo Tribunal Federal decidir favoravelmente à ação ajuizada pela AMM, considerando que o repasse estava suspenso por meio de liminar.

Foto: Sinfra-MT

Foto: Seduc-MT

Fethab Diesel - 2015 a 2022

R$ 1.778.318.302,04

Fethab Transporte Escolar – 2017 a 2022

R$ 154.838.304,00

COMBATE À PANDEMIA

Imagem: Licença Freepik Premium

A Lei Complementar 173/2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, assegurou recursos federais para as prefeituras fazerem frente à pandemia em 2020. O auxílio financeiro emergencial, liberado por meio da lei, totalizou R$ 961.281.814,12 para os municípios de Mato Grosso.

Ainda foram garantidos R$ 226.024.389,00, destinados ao custeio das ações e serviços de saúde. Os municípios também receberam R$ 7.232.982,00 para combate à emergência sanitária nas escolas públicas da rede básica de ensino. Outros R$3.743.000,00 foram repassados como incentivo financeiro para atenção às pessoas com obesidade, diabetes ou hipertensão.

Pelo Fundo Nacional da Saúde foram liberados R$ 92.833.243,07 destinados ao custeio da atenção primária, assistência ambulatorial e outras ações. Foram destinados, ainda, R$ 42.697.840,56 ao custeio de ações e serviços relacionados à atenção primária à saúde e à assistência ambulatorial e hospitalar.

Para a assistência social foram repassados R$ 36.943.911,03 com o objetivo de promover a estruturação da rede assistencial. A quantia de R$ 138.189.725,26 foi repassada pela União para recomposição de perdas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. O setor cultural também recebeu apoio financeiro. Por meio da Lei Aldir Blanc, R$ 25.354.360,50 foram para os municípios de Mato Grosso.

REFORÇO FINANCEIRO

O movimento municipalista, com a participação da AMM, se mobilizou para garantir reforço financeiro aos cofres municipais. De 2015 a 2022, foram assegurados mais de R$ 6 bilhões para os municípios de Mato Grosso, sendo R$ 1,5 bilhão para combate à emergência em saúde provocada pela pandemia do novo coronavírus, em 2020.

PRORROGAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

Foto: Licenciada Adobe Stock

A prorrogação da validade da Lei 8.666/93 e de mais duas normas correlatas até dezembro de 2023 vai garantir aos municípios maior segurança jurídica nos atos administrativos e possibilitar a adoção de prazo mais compatível para os ajustes necessários à implementação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. O anúncio da prorrogação foi feito durante a 24ª Marcha a Brasília e representou uma importante conquista para os municípios, devido às dificuldades que os gestores e equipes estavam encontrando para implementar a nova lei.

A prorrogação foi oficializada por meio da Medida Provisória Nº 1.167/2023, publicada em edição extra do Diário Oficial da União. Além da Lei 8.666/1993, a MP também prorrogou a Lei nº 10.520/2002 e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011. A medida possibilita que órgãos e entidades das administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios publiquem editais nos formatos antigos de contratação até o dia 29 de dezembro de 2023. A MP altera o artigo 191 da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133, de 2021), que deveria ter entrado em vigor no dia 1º de abril.

PROMULGAÇÃO DA EC 128/2022

Foto: Jefferson Rudy / Agência Senado

Em dezembro de 2022, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 128/2022, que proíbe a criação de novos encargos para os municípios sem previsão de fonte de financiamento. A medida é considerada uma conquista histórica para o movimento municipalista, que durante sete anos debateu o tema, pleiteando a aprovação da proposta.

O avanço foi muito comemorado pelos gestores, pois as finanças municipais são afetadas pelo aumento de encargos sem a devida contrapartida financeira. A pauta foi formulada pelo movimento municipalista em 2015. Nesse mesmo ano foi aprovada no Senado e seguiu para a Câmara, que em 2021 criou a Comissão Especial para tratar sobre o tema, aprovado no plenário da Casa em 2022.

PAUTAS PRIORITÁRIAS NA CÂMARA

Foto: Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

Entre os projetos prioritários para os municípios em tramitação na Câmara está a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 25/2022 que estabelece adicional de 1,5% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a ser entregue no mês de março de cada ano. Também são consideradas pautas importantes a PEC 253/2016, que permite que entidade de representação de municípios de âmbito nacional possa propor ação direta de inconstitucionalidade; o PLP 139/2022, que visa evitar quedas bruscas na arrecadação ao estabelecer uma transição de 10 anos para os municípios migrarem para uma faixa de coeficiente inferior sempre que um novo censo for realizado, além da PEC 14/2022, que estabelece a redução para 11% da alíquota das contribuições sociais pagas pelos Municípios ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), atualmente fixado em 22,5%.

PAUTAS PRIORITÁRIAS NO SENADO

Foto: Agência Senado

O movimento municipalista também pleiteia o avanço de projetos importantes no Senado. Entre as prioridades, está a PEC 23/2022, que estabelece adicional de 1% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a ser entregue no mês de março de cada ano, além do PL 442/1991, que prevê a arrecadação da CIDE-Jogos, com compartilhamento de 16% com o FPM. A Reforma Tributária também integra a pauta com o Relatório de 16/03/2022 da PEC 110/2019. O relatório incluiu seguro receita por 40 anos, fundo de compensação, imposto devido no consumo, critério populacional e 5% igualitário no rateio, gestão paritária, competência para alíquotas, participação no Fundo de Desenvolvimento Regional proporcional e no Seletivo igual ao IPI.

Acesse a AMM pelos nossos canais de comunicação

facebook.com/amm.matogrosso

@amm.mt

www.amm.org.br

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3920
CEP: 78049-938 – Cuiabá - MT

Expediente:

Presidente: Neurilan Fraga

Coordenação de Comunicação

Edição: Malu Sousa
Rosimara Almeida

Redação: Rosimara Almeida
Geiseane Lemes
Malu Sousa

Fotografias: Vanderson Ferraz
Vicente de Souza

Arte, Projeto Gráfico e Diagramação: Kleber Simioni

AMM

Associação Mato-grossense
dos Municípios